

DIA DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
19.08.2019

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende Arquitecto Benjamim Pereira

Senhoras e senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia

Senhoras Vereadoras e senhores vereadores

Ilustres representantes das associações, das escolas, das entidades civis e militares

Senhora Presidente do IPCA

Senhoras e senhores Homenageados

Minhas senhoras e meus senhores

Dia 19 de agosto de 2019, dia das comemorações do Município de Esposende. Dia recheado de diversas iniciativas e em que se homenageiam e reconhecem pessoas e instituições que se destacaram ou que tiveram uma atuação relevante para o concelho. É também neste dia que se aproveita para fazer uma análise do trabalho realizado ao longo do ano e para perspetivar o que se vai fazer no futuro.

É dia de prestar contas, de dar a conhecer o que cada um dos órgãos do município fez ao longo do último ano. É tempo de os titulares que receberam o mandato dos seus eleitores darem a conhecer aos munícipes os anseios, os desafios e as conquistas que obtiveram ou que estão prestes a serem atingidos e que permitem aumentar a qualidade de vida das pessoas que vivem nesta linda terra.

É tempo de críticas e de elogios. É tempo de analisar a situação financeira do município e que são as contas do dinheiro público de todas as pessoas que em Esposende residem.

Neste dia de homenagens, a Assembleia Municipal e todos os seus membros associam-se à Câmara Municipal neste reconhecimento.

Num dia de homenagens a tão ilustres personalidades não posso deixar de destacar uma pessoa que, apesar de não está aqui entre nós, mantém vivas muitas das suas ambições e dos seus desejos. E permitam-me esta referência especial pelo conhecimento que tenho e dos muitos momentos de trabalho que passamos juntos. O Professor Doutor João Carvalho amava Esposende, gizou muitas das suas estratégias quando se refugiava a contemplar o mar em Ofir ou o rio Cávado aqui na marginal. Esposende era fonte de inspiração para muito do que ele fez pelo ensino superior em Portugal, em especial pelo ensino superior na nossa região através do IPCA, e pela relevância e importância que o Anuário dos Municípios Portugueses teve para as contas e para a boa gestão pública dos municípios e, dessa forma, para as populações e para o desenvolvimento do país. João Carvalho sempre dizia que Esposende tinha de ter o ensino superior público e estou certo que estaria muito contente por receber esta homenagem e também porque, depois de Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão, Esposende será o quinto concelho no distrito de Braga a ter ensino superior público.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores

O último ano foi marcado por decisões e deliberações importantes para os munícipes em que se destaca o habitual plano e orçamento que tem aumentado significativamente e que, fruto de dinâmica e da atividade implementada pela Câmara Municipal, já ultrapassa os 30 milhões de euros. O Arquiteto Benjamim Pereira tem-nos habituado a atingir objetivos e a anseios com dezenas de anos, alguns que muitos de nós pensaram que seriam utópicos, mas que o senhor Presidente com a sua visão e ambição, com a sua persistência e poder de influência; com o seu trabalho e com a sua forma de ser, tornam realidade. Tudo isso tem sido atingido mantendo

as contas certas, com um baixo endividamento e com as mais baixas taxas dos impostos municipais, sendo hoje um município exemplar, liderado por um autarca muito respeitado e com forte reconhecimento público em Esposende, na região e no país. Sei que não precisa de elogios públicos, mas é justo que a qualidade do seu trabalho e da obra que está a realizar sejam lembrados.

Durante este último ano apreciamos a questão da descentralização numa tentativa do governo de transferir competências para os municípios, que por ter sido mal preparada levou a que a maior parte dos municípios a tenham recusado porque, conscientemente, não podiam aceitar que a administração central pretendesse transferir competências, mas não transferisse as correspondentes verbas para que sejam prestados esses serviços às populações. Esposende também recusou essas transferências e estamos certos que na próxima legislatura se acabará por se concretizar o preceito constitucional da descentralização administrativa e se cumpra o princípio da subsidiariedade.

As autarquias locais pretendem ter novas competências nas áreas da educação; da ação social; da saúde; da proteção civil; da cultura, do património; da habitação; das áreas portuário-marítimas e das praias; da gestão florestal; da gestão das áreas protegidas; dos transportes e vias de comunicação; da segurança; entre outros. Novas competências que os municípios querem porque pretendem prestar melhor serviços às populações. Populações que pretendem que estes serviços sejam prestados pelos entes territoriais que estão mais próximos e que, também por isso, mais condições têm para fazer um bom trabalho.

No ano passado alertava que era importante verificar se estaríamos perante a atribuição de novas competências e uma descentralização

administrativa assente no princípio da subsidiariedade e da autonomia do poder local, ou se não seriam transferidos apenas os problemas e as situações em que a administração central pretende aligeirar as suas responsabilidades passando no futuro a dizer que a competência e a responsabilidade nessas áreas já não é sua. O que se verificou foi que não foram realizados os previstos estudos, foram aprovados e publicados diplomas que além de não terem previsto os recursos financeiros para fazer face a estas novas competências, também não transferiam o poder e a capacidade de decisão para melhor escolher o modelo e a prestação dos serviços aos cidadãos.

Foi uma oportunidade perdida. Foi uma forma enviesada de dizer que se está a cumprir a Constituição e, por isso, Esposende, a par de muitos outros municípios, recusou esse modelo e espera que no futuro se venha a verificar uma verdadeira descentralização democrática da administração pública e sejam cumpridos o princípio da subsidiariedade e o princípio da autonomia do poder local para que as autarquias locais através dos seus órgãos livremente eleitos possam prosseguir os interesses próprios das populações.

Certo é que nos próximos tempos se discutirão outras formas organizacionais de gestão da coisa pública, com novos modelos que aproximem o cidadão e os territórios de quem tem o poder de decisão, no fundo , novos modelos que reduzam a burocracia, que aproximem os serviços das populações e assegurem a participação dos cidadãos na sua gestão efetiva.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores,

A Assembleia Municipal continuará com o seu trabalho de discutir os assuntos, de tomar as posições que sejam mais consentâneas com os

interesses do concelho, assumindo posições que coloquem o interesse de todos acima do interesse de alguns; que afaste os interesses e as estratégias e as táticas político partidárias e que coloque do mesmo lado as várias forças políticas quando seja necessário termos uma posição forte pois o bem comum, o interesse público não tem cor. E contamos para isso com a atuação dos nossos eleitos locais: presidentes de junta de freguesia e deputados municipais que representam a população neste órgão deliberativo. Contamos com a crítica da oposição, uma crítica que seja séria, respeitosa, alternativa, que discuta opções políticas e não questões pessoais. Contamos com a intervenção de todos para discutir e para chegar a consensos nas matérias mais relevantes para o Município. Contamos com a participação no público nas sessões para poderem intervir e, também, para apreciar o trabalho que aí é realizado. E a todos os cidadãos deixo o meu apelo para que participem nas sessões da assembleia municipal e que apreciem as atas disponíveis no site do Município e que relatem as várias intervenções, votações e deliberações desse órgão e dos seus titulares.

Senhor Presidente,

Na Assembleia Municipal muito apreciamos a sua forma frontal de apresentar e defender os seus projetos, a forma transparente como presta as informações e muitas vezes toma posições, até politicamente incorretas, mas falando sempre a verdade. Verdade que muitas vezes leva a decisões menos populares, mas verdade é o que os cidadãos querem e as entidades públicas precisam é de líderes que falem verdade.

Podemos dizer que neste último ano estamos todos de parabéns: o presidente da Câmara e a sua vereação pelo concretizar de muitas iniciativas; a Assembleia Municipal pela fiscalização, pela capacidade de discussão e de deliberar, muitas vezes com posições unânimes, colocando

o interesse de Esposende e dos seus munícipes acima de táticas políticas ou de interesses partidários; a oposição pela crítica necessária.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores

Os tempos atuais e futuros exigirão um recentramento na sustentabilidade da vida política e da gestão pública. Novas abordagens sobre a gestão da coisa pública e a relevância do exercício de cargos públicos. Foco na resolução dos problemas das pessoas e também maior responsabilização das pessoas em terem uma atuação ativa e participativa na gestão da coisa pública. Os municípios terão uma maior intervenção em questões como as alterações climáticas; a natalidade, a saúde, entre outras. E aqui exigir-se-á uma participação dos cidadãos que responsabilizará mais os políticos.

A sustentabilidade da política e da gestão da vida pública exige que os seus titulares e, em especial, os seus dirigentes não sejam tentados a ceder à atual tendência de protagonismo fácil. Num tempo em que é fácil a utilização dos meios digitais para dar informações falsas, é importante que os cidadãos estejam mais atentos, que tenham mais informação e que procurem ter toda a informação para poderem tomar as suas decisões, para, no fundo, mais e melhores sejam os gestores públicos e os titulares de cargos políticos.

O paradigma da sustentabilidade vem exigir uma reorientação dos valores e da participação cidadã, adaptadas ao objetivo do desenvolvimento sustentável, em que terá um papel fundamental a criação de um sistema de indicadores e de códigos de conduta que preservem uma atuação dos políticos e dos titulares dos cargos públicos.

A sustentabilidade da vida política e da gestão da coisa pública, como de uma qualquer uma organização, não pode deixar de ter presente os princípios subjacentes ao desenvolvimento sustentável. Ou dito de outra forma para que exista sustentabilidade da vida pública e política têm de se satisfazer as necessidades das atuais gerações, sem comprometer a capacidade de as novas gerações poderem aceder aos cargos de gestão pública, designadamente eletiva, e terem uma atividade respeitada e necessária. Isto permite que os titulares dos cargos públicos, agora e no futuro, atinjam um nível de desenvolvimento e de realização humana e cultural, fazendo um bom uso dos seus poderes e preservando os valores, a boa gestão pública e a própria política. E só pode existir sustentabilidade da vida pública e da política se existir antes de tudo ética pública e que esta assenta em três eixos: valor da honestidade; da confiança; e da responsabilidade. E só pode ser alcançada se esses três eixos se desenvolverem e evoluírem de forma harmoniosa.

Os valores e deveres de qualquer profissão, de qualquer atividade, não deixam de ter em consideração os valores éticos e morais da sociedade em que nos inserimos. Porém numa sociedade em constante mutação em que o individualismo se arroga como uma grande tendência de sobrevivência, será cada vez mais exigido e necessário termos cidadãos mais interventivos, mais exigentes, mais preocupados com a gestão pública e com a obtenção de resultados coletivos em detrimento de interesses particulares. Só com mais cidadãos empenhados com o interesse coletivo poderá levar a mais e melhores cidadãos que gostem da atividade de gerir a coisa pública e permitirá ter mais pessoas preparadas para desempenhar cargos públicos e cargos políticos. Aqui pede-se aos jovens que intervenham mais na vida pública, que gostem mais da política enquanto

arte de gerir a coisa pública, pois precisamos de mais pessoas a intervir na vida pública, precisamos que mais pessoas bem preparadas para no futuro gerirem os interesses coletivos.

Se queremos a sustentabilidade da vida pública e política, se queremos novos e melhores políticos, se queremos que os melhores venham a ter a possibilidade de gerir a coisa pública, teremos de ser nós a dar o exemplo. Exemplo que, em primeira fase, tem de resultar da nossa atuação no dia a dia, em todas as nossas decisões coletivas. Mas também tem de resultar da nossa atuação individual pois deve ter-se em consideração que a ética não pode ser só a consciência individual nem o produto de um cálculo utilitarista, mas antes que a ética tem a ver com homens normais, com bens e serviços reais e com normas com fundamento objetivo, que são válidas para todos.

Podemos questionar: será que está a fazer tudo o que deve? Será que se está a cumprir com as promessas? Será que se estão a fazer investimentos estruturantes para o futuro e não para o dia seguinte? Será que a oposição está a fazer o trabalho de fiscalização e de crítica alternativa? Será que os cidadãos estão a participar na gestão da coisa pública, alertando e participando ativamente? Será que não temos, todos, de fazer mais alguma coisa?

Estas são algumas das interrogações legítimas e que, nos próximos tempos, levará a que todos nos tenhamos de empenhar em deixar boa imagem, em fazer bom trabalho coletivo sempre tendo presente o interesse público. Da parte da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, tenho a certeza de que todos continuaremos empenhados a fazer o nosso trabalho, trabalho este legitimado pelo mandato atribuído pelos resultados das eleições. Mas a todos os cidadãos pede-se que

intervenham na vida pública, nas suas mais diversas dimensões, e que sejam interventivos e participativos pois só com o trabalho e participação de todos se podem atingir níveis de desenvolvimento superiores e haverá, também, maior reconhecimento por todos aqueles que exercem cargos públicos e que, em nosso nome e como nossos representantes, gerem a coisa pública

Senhor Presidente, senhoras e senhores vereadores,

Senhoras e senhores deputados municipais

Senhores presidentes de junta de freguesia

Estamos certos que esta dinâmica implementada por esta Câmara Municipal será para manter nos próximos anos, com a concretização de importantes projetos; de grandes investimentos estruturantes; com a melhoria contínua na prestação de serviços e na resolução dos problemas dos cidadãos, com crescente investimento na prossecução do interesse público, com boa gestão, com boas contas, com trabalhadores motivados e realizados por pertencerem e trabalharem num Município modelo.

Esposende é hoje o modelo a seguir em muitas áreas de atuação: é modelo no ambiente; é modelo nas infraestruturas no desenvolvimento urbano e na gestão do território; é modelo para muitas empresas aqui se fixarem; é modelo na área da empregabilidade com a taxa mais baixa de desemprego; é modelo no apoio á atividade empresarial; é modelo no associativismo; é modelo na educação e na ação social; é modelo nas contas públicas, em que atividade financeira está sempre subordinada ao princípio da equidade intergeracional que exige uma distribuição de benefícios e custos entre gerações, de modo a não onerar excessivamente as gerações futuras, salvaguardando as suas legítimas expetativas através de uma distribuição equilibrada dos custos.

Verificamos que existe uma liderança forte, que se estão a realizar obras estruturantes no concelho, que existe uma equipa motivada por fazer mais e cada vez melhor, que existem projetos em curso e políticas destinadas à resolução das necessidades das populações e que permitem uma contínua melhoria da qualidade de vida do concelho de Esposende, que temos um Presidente de Câmara com visão de futuro e com um mandato claro dos eleitores.

Continuação de bom trabalho para todos para bem da prossecução dos interesses coletivos dos cidadãos e, no fundo, do interesse público.

Muito obrigado.

19.08.2019

Agostinho Silva